



PREJULGADO DE TESE Nº 001, de 22 de janeiro de 2015.

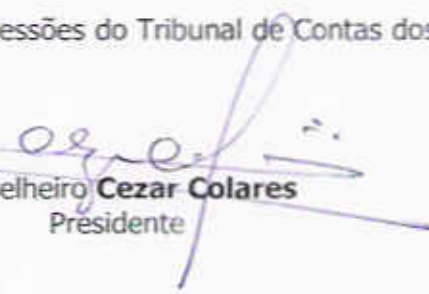
RESOLUÇÃO Nº 11.722


Processo nº 201412622-00

EMENTA: CONSULTA. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELÉM. APOSENTADORIA. REFORMA DA PREVIDÊNCIA. EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nº 20/1998 E Nº 41 DE 19/12/2003. SISTEMA CONTRIBUTIVO E SOLIDÁRIO. TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COMO UM DOS REQUISITOS ESSENCIAIS À APOSENTADORIA. GRATIFICAÇÃO DE MAGISTÉRIO PREVISTA EM LEI LOCAL. VINCULAÇÃO À ATIVIDADE MAGISTÉRIO. CONCEITO PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº. 9.391/1996 E EM LEI LOCAL. ARESTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ABRANGÊNCIA DE ATIVIDADES NÃO SÓ EM SALA DE AULA, COMO TAMBÉM DE PLANEJAMENTO, ORIENTAÇÃO, SUPERVISÃO, INSPEÇÃO, COORDENAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO. APRECIACÃO COM BASE NO ART. 1º, INCISO XVI, DA LEI Nº 084/2012 DO TCM.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA** em tese, formulada por autoridade competente, e respondida nos termos do **Art. 1º, inciso XVI, da LC nº 84/2012 do TCM**, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **à unanimidade**, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão, do Relatório, voto e Resolução da Conselheira Relatora prolatada às **fls. 5-12** dos autos, que passam a integrar esta decisão. Por força do previsto no Art. 302, do RI/TCM/PA a presente decisão constitui-se **PREJULGADO DE TESE**.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **22 de janeiro de 2015**.


Conselheiro **Cezar Colares**
Presidente


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora

Presentes: Conselheiros, Aloísio Chaves, José Carlos Araújo, Daniel Lavareda; Mara Lúcia; Cezar Colares; Antônio José Guimarães; Sérgio Leão e Procuradora Maria Regina Cunha.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.722

Processo n.º: 201412622-00

Assunto: Consulta

Órgão: Secretaria Municipal de Educação de Belém - SEMEC

Interessada: Rosinéli Guerreiro Salame

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

RELATÓRIO

Rosinéli Guerreiro Salame, Secretária Municipal de Educação de Belém, encaminhou **CONSULTA** (fl. 01), com amparo no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012**, onde requer a manifestação desta Corte de Contas sobre os pontos transcritos a seguir:

"1 – Para efeito de contagem de serviço, que tempo deve ser levado em consideração: se o tempo efetivamente trabalhado pelo servidor, posto que há casos em que o servidor é legalmente autorizado a afastar-se de suas atividades, antes da finalização do processo, ou se o tempo de contribuição previdenciária, já que este servidor, mesmo afastado de suas atividades laborais continua contribuindo regularmente para a previdência até a conclusão do processo de aposentadoria.

2 – No caso dos servidores ocupantes da categoria ocupacional do Grupo Magistério, no que diz respeito ao direito à percepção da Gratificação de magistério, prevista no Art.39, da Lei nº. 7.528/91-PMB, carecemos saber sobre o entendimento legal desse egrégio Tribunal acerca do termo "efetivo exercício em atividades próprias de Magistério", ou seja, se este corresponde somente à atividade laborada em regência de classe. E, em caso negativo, se todas as categorias fazem jus à aludida gratificação, incluindo o Administrador Escolar, Orientador Educacional, Supervisor Escolar e Técnico Pedagógico."

É o relatório.

Mara Lúcia



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.722

VOTO

PRELIMINARMENTE, cumpre analisar da regularidade da presente *Consulta*, a qual se confirma, dado o atendimento das formalidades insculpidas no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012¹**, tendo sido formulada por autoridade competente e suscitada em dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste **TCM-PA**, pelo que passo a análise de mérito da mesma, tal como interposta.

NO MÉRITO, passo à análise dos quesitos elaborados pela Secretaria Municipal de Educação de Belém.

Com relação ao item 1, questiona a Exmª Secretaria se na contagem de tempo para efeito de aposentadoria deve considerar o "*tempo efetivamente trabalhado pelo servidor*" ou o "*tempo de contribuição previdenciária*".

A regra fulcral de aposentadoria dos servidores públicos está estampada no art. 40, da Constituição Federal de 1988, a qual foi alterada pela Emendas Constitucionais nº **20/98**, de 15/12/1998, e **41/03**, de 19/12/2003 (grifamos):

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

¹ XVI - Responder a consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida no Regimento Interno

[Assinatura manuscrita]



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.722

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

...

§ 5º - Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICIPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.722

das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

...

§ 9º - O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade

§ 10 - A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

Consoante se depreende da simples leitura dos dispositivos transcritos, para efeito de aposentadoria o requisito exigido atualmente é o tempo de contribuição, além de outros citados na norma constitucional.

Houve um período sob a égide da Constituição Federal de 1988 até a edição da EC nº 20/98, de 15/12/1998, ou seja, aproximadamente 10 (dez) anos, que a contagem se baseava no "tempo de serviço". Não obstante, o "tempo de serviço" foi substituído pelo "tempo de contribuição" a partir da promulgação da referida Emenda Constitucional, que erigiu o equilíbrio financeiro e atuarial à condição de princípio básico do sistema do regime previdenciário do servidor público (federal, estadual e municipal), tornando-o eminentemente contributivo.

Por seu turno, a Emenda Constitucional nº 41/2003 manteve o caráter contributivo do sistema e impingiu o aspecto "solidário" ao mesmo mediante a previsão explícita de tributação dos inativos.

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.722

Desse modo, para os servidores que adquiriram o direito à aposentadoria a partir da publicação da EC nº 20/98, de 15/12/1998², deve ser considerado o tempo de contribuição previdenciária.

A norma constitucional não extinguiu o "tempo de serviço", consoante se verifica no § 9º, do art. 40, da Carta Magna, o qual é utilizado para efeito de disponibilidade e concessão de outras vantagens, como, por exemplo, o "Adicional por Tempo de Serviço".

No tocante ao item 2 da presente consulta, questiona-se o entendimento desta Corte de Contas à expressão "*atividades próprias do Magistério*", prevista no art. 39 da Lei Municipal nº. 7.528/1991 como condição para percepção da vantagem "Gratificação de Magistério", assim dispondo:

Art. 39 - Ao funcionário que completar vinte e cinco anos de efetivo exercício em atividades próprias do Magistério será atribuída, automaticamente, a gratificação de Magistério, correspondente a dez por cento do vencimento-base.

O art. 2º da referida Lei Municipal estabelece o conceito de atividade de magistério, consoante se lê a seguir:

Art. 2º Entende-se por atividade do Magistério, para os efeitos da presente Lei, aquelas que exigem formação de Administrador Escolar, Orientador Educacional, Supervisor Escolar e Professor, caracterizadas por funções de docência, planejamento, orientação,

² O artigo 3º da Emenda Constitucional 20, de 1998, assegurou o direito adquirido à aposentadoria conforme as regras do artigo 40 da CF/1988, em sua redação original, àqueles servidores públicos que, até 16 de dezembro de 1998, data da publicação da referida emenda constitucional, tivessem cumprido todos os requisitos exigidos nos termos dos diplomas legais até então vigentes.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.722

supervisão, inspeção, coordenação e avaliação do ensino e da pesquisa nas unidades educacionais ou nos níveis departamentais da Secretaria Municipal de Educação.

Não é recente a discussão jurídica sobre o termo "função de magistério" prevista na Constituição Federal/1988 para efeito de aposentadoria especial de professor, no que a jurisprudência, incluindo do Supremo Tribunal Federal³, consolidou entendimento de que a função de magistério engloba os serviços prestados em sala de aula e também as funções de direção, coordenação e assessoramento pedagógico.

Além disso, a Lei Federal nº. 9.394/1996 (Lei de diretrizes e bases da educação nacional), com alteração introduzida pela Lei nº. 11.301/2006, estabelece no § 2º do seu art. 67 que, para efeitos de aposentadoria prevista na CF/1988, são consideradas *"funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico"*.

A "Gratificação de Magistério" prevista na Lei Municipal deve ser concedida aos servidores que se enquadram nos termos dispostos no art. 2º do referido Diploma Legal, ou seja, aqueles que tem formação de "Administrador Escolar, Orientador Educacional, Supervisor Escolar e Professor" e exercem "funções de docência, planejamento, orientação, supervisão, inspeção, coordenação e avaliação

³ EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. MAGISTÉRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. CÔMPUTO DO TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO EM ATIVIDADES FORA DA SALA DE AULA. POSSIBILIDADE. SÚMULA 636/STF. O entendimento firmado pelo Tribunal de origem está alinhado com a jurisprudência desta Corte, que, no julgamento da ADI 3.772, Relator para o acórdão o Ministro Ricardo Lewandowski, decidiu que, para fins do cômputo de aposentadoria especial de professor, conforme estabelecido no art. 40, §5º, da Constituição, deve ser levado em consideração que a função de magistério não está restrita exclusivamente aos serviços prestados em sala de aula, abrangendo as funções de direção, coordenação e assessoramento pedagógico. (...) Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 825692 AgR. Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO. Primeira Turma, julgado em 28/10/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-226 DIVULG 17-11-2014 PUBLIC 18-11-2014).

[Assinatura manuscrita]



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

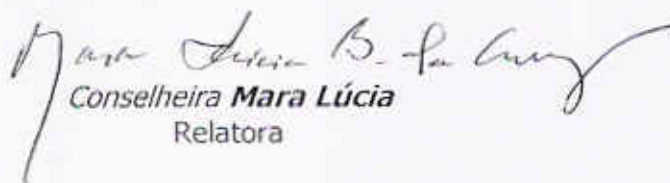
RESOLUÇÃO Nº 11.722

do ensino e da pesquisa nas unidades educacionais ou nos níveis departamentais da Secretaria Municipal de Educação”.

Portanto, as atividades próprias do Magistério não se restringem às executadas apenas em sala de aula.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em
21 de janeiro de 2015.


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Tribunal de Contas dos Municípios
Ato publicado no D.O.E nº 32.846
de 13/03/15, pp. 83
Responsável

RESOLUÇÃO Nº 11.722

Processo n.º: 201412622-00

Assunto: Consulta

Órgão: Secretaria Municipal de Educação de Belém - SEMEC

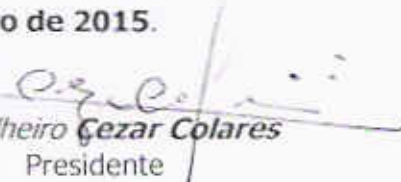
Interessada: Rosinéli Guerreiro Salame

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

EMENTA: CONSULTA. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELÉM. CONSULTA. AUTORIDADE COMPETENTE. APOSENTADORIA. REFORMA DA PREVIDÊNCIA. EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nº 20/1998 E Nº 41 DE 19/12/2003. SISTEMA CONTRIBUTIVO E SOLIDÁRIO. TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COMO UM DOS REQUISITOS ESSENCIAIS À APOSENTADORIA. GRATIFICAÇÃO DE MAGISTÉRIO PREVISTA EM LEI LOCAL. VINCULAÇÃO À ATIVIDADE MAGISTÉRIO. CONCEITO PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº. 9.391/1996 E EM LEI LOCAL. ARESTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ABRANGÊNCIA DE ATIVIDADES NÃO SÓ EM SALA DE AULA, COMO TAMBÉM DE PLANEJAMENTO, ORIENTAÇÃO, SUPERVISÃO, INSPEÇÃO, COORDENAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, e respondida nos termos do artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012, **acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar a resposta à CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora, às **fls. 5-11**, que passam a integrar esta decisão.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **22 de janeiro de 2015**.


Conselheiro **Cezar Colares**
Presidente


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora

Presentes: Conselheiros Aloísio Chaves; José Carlos Araújo; Daniel Lavareda; Mara Lúcia; Cezar Colares; Antônio José Guimarães; Sérgio Leão e Procuradora Maria Regina Cunha.